

A ATUAÇÃO DE MECANISMOS DESENCADADORES DE PROCESSOS DE GRAMATICALIZAÇÃO*

Vânia Cristina Casseb Galvão**

RESUMO

Este artigo apresenta algumas considerações sobre os principais mecanismos cognitivos desencadeadores de processos de gramaticalização. Mostraremos como se dá a atuação desses mecanismos, a partir da análise de um caso de gramaticalização no Português contemporâneo do Brasil: a mudança desenvolvida pelo item lexical *achar*, verbo pleno, que, em determinados contextos, assume a função, mais gramatical, de um elemento modalizador epistêmico.

Uma das propostas do funcionalismo é a investigação das relações entre gramática e cognição, que dão causa a processos de gramaticalização, relações que são grandemente vinculadas ao fenômeno da abstração metafórica, um processo cognitivo básico, formador do sistema conceptual humano.

Entre as concepções da gramaticalização, doravante GR, está a de um subconjunto de mudanças lingüísticas, que descreve como um item lexical vem a desempenhar funções gramaticais ou um item gramatical vem a assumir funções mais gramaticais ainda.¹

Tanto os processos que levam a essas mudanças quanto sua abordagem/paradigma são rotulados pelo termo *gramaticalização*.

* Texto integrante da Dissertação de Mestrado "O *Achar* no Português do Brasil: um caso de gramaticalização", defendida em 22/2/99 perante o Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas.

** Universidade Estadual Paulista, *campus* de Araraquara.

¹ Outra acepção do termo "gramaticalização" refere-se ao ramo da lingüística que focaliza como as formas e as construções lingüísticas surgem, são usadas e configuram os sistemas lingüísticos. Estudo preocupado em reconhecer as fronteiras discretas entre categorias e a interdependência entre a estrutura e o uso de categorias fixas e menos fixas na língua.

Referências bibliográficas

- BLAYLOCK, Curtis. Hispanic metaphony. *Romance Philology*, n. 3, p. 253-271, 1965.
- BUESCU, L. C. *Ortografia e origem da língua portuguesa de Duarte Nunes de Leão*. (Ed., notas e comentários). Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1983.
- BYNON, THEODORA. *Historical linguistics*. Cambridge: Cambridge University Press, 1983.
- CAFEZEIRO, Edwaldo M. *A metafonía portuguesa: aspectos sincrônicos e diacrônicos*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1981. (Tese de Doutorado).
- CAVACAS, Augusto d'Almeida. *A língua portuguesa e sua metafonía*. Rio de Janeiro: Lucerna, 1992.
- CUNHA, Viviane. *Um traço do vocalismo português: a metafonía*. Belo Horizonte: UFMG, 1991. (Dissertação, Mestrado em Língua Portuguesa).
- DIAZ Y DIAZ, Manuel C. *Antología del latín vulgar*. Madrid: Gredos, 1981.
- GOMES, Lindolfo. Metafonía no plural de nomes. *Revista de Filologia Portuguesa*, São Paulo, n. 19/20, p. 125-132, 1925.
- JUCÁ FILHO, Cândido. O fator psicológico na mutação vocálica portuguesa. *Boletim de Filologia*, Lisboa, n. 18, p. 143-153, 1961.
- LEHISTE, Ilse. *Lectures on language contact*. Cambridge: MIT Press, 1988.
- LEONARD JR., Clifford S. *Umlaut in Romance; an essay in linguistic archaeology*. Grosvenor-Linden: Hoffmann, 1978.
- LOURO, José Inês. Metafonía de E tônico em português. *Boletim de Filologia*, Lisboa, n. 20, p. 105-113, 1961.
- MARTINET, André. *Economía de los cambios fonéticos*. Madrid: Gredos, 1974.
- PIEL, Joseph M. Considerações sobre a metafonía portuguesa. *Biblos*, Coimbra, XVIII, t. II, p. 365-371, 1942.
- SEQUEIRA, F. J. M. *Aspectos do português arcaico*. Lisboa: Livraria Popular, 1943.
- SILVA NETO, Serafim da. *História da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Presença, 1986.
- SILVEIRA, Olmar G. da. *A "Grammatica" de Fernão d'Oliveyra*. Ed. Diplomática. Texto reprod. da 1. ed. (1536). Rio de Janeiro: S. E., 1954.
- VASCONCELOS, Carolina M. de. A metafonía na língua portuguesa. *Revista Lusitana*, n. 28, p. 16-20, 1930.
- VIANA, A. R. Gonçalves. Essai de phonétique et de phonologie de la langue portugaise d'après de dialecte actuel de Lisbonne. *Boletim de Filologia*, Lisboa, n. VII, p. 162-243.
- WARTBURG, Walter von. *Les origines des peuples romans*. Paris: P.U.F., 1941.
- WILLIAMS, Edwin B. *Do latim ao português*. Trad. Antônio Houaiss. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1975.

O elemento fonte do processo não tem, necessariamente, que perder suas funções e propriedades de origem. A antiga e a nova função podem subsistir no sistema lingüístico e o processo pode ser observado tanto num tempo real quanto num tempo aparente.

As mudanças no estatuto dos itens não ocorrem de maneira abrupta e sim através de uma série de transições graduais, uma espécie de *cadeia de gramaticalização*, na qual as estruturas conceituais e morfológicas envolvidas se sobrepõem no interior do *canal de gramaticalização*, que compreende o ciclo que vai do ponto inicial ao ponto final do processo (Heine et al., 1991). Historicamente, o desenvolvimento das formas se daria através de uma espécie de aclave/declive – o *cline* –, que, sincronicamente, seria uma linha imaginária contínua, na qual as formas se organizam e em cujas extremidades opostas estariam os itens lexicais e os itens gramaticais (Hopper & Traugott, 1993). Há um consenso na literatura especializada que o traçado do *continuum* de GR é o seguinte:

item lexical > item gramatical > clítico > afixo.

Independentemente da abordagem ou tratamento que se dê ao processo e às dificuldades de percepção de seus estágios, entendemos ser a GR um dos principais processos constitutivos das línguas naturais.²

A gradualidade das mudanças é um dos fatores responsáveis pela grande dificuldade dos estudiosos da GR em alocar as formas em pontos precisos do *continuum*. Há também divergências em relação às propriedades, às motivações e aos mecanismos que atuam no processo. Neste artigo, teceremos comentários sobre esses mecanismos, procuraremos dar uma visão mais ou menos uniforme dessas forças propulsoras dos processos de GR, principalmente a partir dos estudos de Heine, Claudi & Hünnemeyer (1991), Hopper & Traugott (1993) e Neves (1997). Antes, porém, interessa-nos reconhecer as motivações da GR.

MOTIVAÇÕES DA GRAMATICALIZAÇÃO

Os fatores que motivam a GR são, principalmente, cognitivos, e estão grandemente vinculados a estratégias de comunicação, entre as quais, a conjugação do desejo de ser expressivo com o “princípio da criatividade”. Para ser bem entendido e ter o predomínio na situação de comunicação, o falante cria novos instrumentos de comunicação. Inovação que, baseada no “princípio da economia”, recruta velhas

² Castilho (1997, p. 26) arrola três processos constitutivos das línguas: gramaticalização, semanticização e discursivização.

formas para novos propósitos, através da extensão de significados pré-existentes, uma vez que uma forma para cada significado seria disfuncional no sistema. (Hopper & Traugott, 1993)

Os principais desencadeadores da ligação entre os múltiplos sentidos de uma única forma são os mecanismos cognitivos da metáfora e da metonímia, com o predomínio da primeira. Vejamos, então, estes mecanismos, suas manifestações e correlações entre si.

MECANISMOS ATUANTES NA GRAMATICALIZAÇÃO

A metáfora

A GR envolve abstratização metafórica. Significados de domínios lexicais ou menos gramaticais – concretos – são estendidos metaforicamente para conceituar domínios gramaticais ou mais gramaticais – mais abstratos. A abstratização metafórica diz respeito à maneira como compreendemos e conceituamos o mundo que nos cerca. Neste sentido, coisas que estão mais próximas são mais claramente estruturadas e delimitadas, menos abstratas do que as que estão mais distantes. Esta relação também pode ser estabelecida quanto a objetos referenciais e não-referenciais do discurso. (Heine et al., 1991)

A abstratização metafórica ou metáfora apresenta vários níveis, dentre os quais, o “structure-changing abstraction”, que seria o mais concernente à GR. É através dele que acontecem as transformações lingüísticas nas quais as entidades concretas são recrutadas metaforicamente para expressar funções mais abstratas.

A metáfora envolvida na GR não deve ser entendida como aquela costumadamente relacionada às figuras de linguagem e sim como uma espécie de extensão de significados lexicais para expressar conceitos mais abstratos. Segundo Heine et al. (1991), a primeira seria motivada psicologicamente e envolve a formação de novas expressões. Contém uma falsa predicação e relaciona-se a uma violação proposital de regras semântico-conceituais: é a “metáfora criativa”. A segunda seria motivada pragmaticamente. A partir dela não se formam novas expressões; predicções pré-existentes são introduzidas em novos contextos ou aplicadas a novas situações através da extensão de significados: é a “metáfora emergente”

Tomando como referência a transformação de um verbo de ação (*to go*) para expressar tempo futuro no Inglês, Heine et al. (1991, p. 46) mostram algumas das propriedades de um processo metafórico envolvido na GR, quais sejam:

- a) envolve um significado que é reconhecido como “literal” e outro que é o “transferido” ou “metafórico”;
- b) envolve a transferência ou o mapeamento reduzido de um domínio con-

- ceitual em termos de outro (apud Sweetser, 1990, p. 393). No caso em evidência, um domínio de movimento espacial é usado como um veículo metafórico para se referir a um domínio de tempo dêitico;
- c) a escolha do falante justifica-se porque um movimento concreto é mais facilmente palpável, identificável que um conceito de um domínio mais abstrato como o do tempo, por exemplo;
 - d) aparentemente envolve violação de regras e anomalias, como o caso de um verbo, que tipicamente requer um sujeito humano, vir a co-ocorrer com sujeito inanimado ou, ainda, espaço vir a codificar tempo, domínios semânticos diferentes;
 - e) envolve conceitos que se associam ao mundo humano para referir-se a conceitos inanimados;
 - f) em contextos específicos, a expressão metafórica pode também ser entendida no sentido literal, não transferido, o que resulta em ambigüidade, principalmente homonímica.

A observação dessas propriedades nos permite reconhecer como conceitos fontes da GR aqueles que se referem a objetos concretos, processos e locações – um conceito só é fonte em relação a outro conceito mais abstrato. São elementos fundamentais em uma típica situação de fala e podem refletir as mais elementares experiências humanas. Eles providenciam pontos de referências concretas para a orientação humana, que invoca a associação para explorar o entendimento de conceitos menos concretos.

Quanto à origem, a metáfora emergente, que propicia a GR, seria de natureza “categorial”. Nesta, o desenvolvimento das estruturas gramaticais é descrito em termos de algumas categorias básicas e parte sempre, unidirecionalmente, do elemento à esquerda – mais concreto –, numa escala que tem a seguinte configuração:

pessoa > objeto > atividade > espaço > tempo > qualidade (Heine et al., 1991, p. 48)

O uso do termo “metáfora categorial” vem contrapor-se à “metáfora conceitual”, proposta por Lakoff & Johnson (1980). O primeiro seria mais inclusivo, pois a metáfora categorial envolveria vários grupos de metáforas conceituais.

As postulações de Heine et al. (1991) sobre a atuação da metáfora como mecanismo desencadeador da GR são compartilhadas por Hopper & Traugott (1993). A atenção maior destes autores é com as motivações da metáfora, e reconhecem como principais a “analogia” e as “relações icônicas”.

Analogia refere-se à atração de formas pré-existentes por outras construções também já existentes no sistema e envolve inovações ao longo do eixo paradigmático.

Inicialmente via-se a analogia como um processo através do qual irregula-

ridades na gramática, particularmente no nível da morfologia, eram sanadas. Era vista como uma “proporção” ou “equação”.³ A dificuldade com a fórmula de proporção estava em se saber porque um membro determinado do par é que era selecionado como modelo.

Esta proposta primeira é modificada e a analogia é redefinida como uma regra de extensão fonológica atuante na mudança lingüística (Kiparsky, 1986, apud Hopper e Traugott, 1993, p. 57). É vista como generalização ou otimização de uma regra, a partir de um domínio relativamente limitado para um domínio mais amplo.

Quando consideramos a analogia como generalização, estamos nos referindo à generalização de *types* da estrutura lingüística, ou seja, à generalização de informações que o organismo cria e acumula quando se aprende uma categoria, informação que é acumulada sem referência a um conceito em particular. Outra perspectiva da analogia é a generalização através do uso, assim refletido na frequência com a qual os *tokens* dessa estrutura podem ocorrer através do tempo. *Tokens* são os construtos mentais de potencialidade, elaborados na estrutura interna das línguas. A transferência metafórica opera na dimensão do *token*. Uma propriedade do *type* é ressaltada, a estrutura prototípica do conceito é expandida e um protótipo ou um conceito novo emerge.

As relações icônicas, por sua vez, decorrem de um princípio que contradiz a hipótese da arbitrariedade entre formas e funções nas línguas, conforme proposto por Saussure (1916). Segundo Haiman (1985), as representações lingüísticas são exatamente o que parecem ser, e a língua não é somente um inventário de raízes (de palavra) arbitrárias, mas inclui um sistema de regras gramaticais para combinar essas raízes, a fim de expressar elementos complexos. São certas combinações de regras que revelam o aspecto diagramático de nossa percepção do mundo.

A noção de iconicidade diagramática⁴ remete a Pierce (1932, apud Haiman 1985, p. 9), para quem um diagrama é um signo complexo que representa um conceito complexo, de forma a haver, contudo, uma correspondência entre as partes de um diagrama e as partes do conceito que ele representa. As partes de um diagrama não necessariamente assemelham-se às partes do conceito correspondente. Mais que um ícone de seus referentes, essas partes podem ser um símbolo.

Haiman (1980, 1983, 1985) distingue dois princípios através dos quais instancia-se a iconicidade diagramática nas línguas: “isomorfismo” e “motivação”. Por isomorfismo, entende-se uma correspondência biunívoca entre a forma e o significa-

³ Na alternância singular-plural do Inglês, a equação analógica seria, por exemplo, a seguinte: cat: cats = child: X X = child.

⁴ As relações icônicas também podem ser vistas em termos da “iconicidade imagética”, um segundo tipo que não diz respeito às relações lingüísticas, na qual um único signo assemelha-se a seu referente em alguma característica. Um exemplo seria a fotografia.

do, quer se trate de uma única palavra ou de uma construção gramatical. O isomorfismo é violado pelos usos de sinonímia, homonímia e polissemia. Por motivação, podemos entender a correspondência que há entre a relação das partes numa estrutura lingüística e a relação das partes na estrutura do que está sendo significado. O exemplo mais recorrente do caráter icônico diagramático das línguas e sua atuação por motivação é a tendência de a ordem narrativa seguir a ordem dos eventos descritos.

A consideração de uma motivação icônica para a forma lingüística significa admitir (em maior ou menor grau, dependendo do nível de radicalização), por exemplo, que a extensão ou a complexidade dos elementos de uma representação lingüística reflete a extensão ou a complexidade de natureza conceptual. (Neves, 1997, p. 104)

Este tipo de extensão permite a transferência metafórica que ocorre nos processos de GR, quando, por motivação icônica, um conceito mais concreto, do domínio lexical, palpável, é mapeado em um conceito mais abstrato, do domínio gramatical, não concreto.

A metáfora é somente um dos mecanismos desencadeadores do desenvolvimento de categorias gramaticais. O *continuum* de GR sugere também uma estruturação de natureza metonímica.

Apresentaremos na seção a seguir a definição de metonímia, os mecanismos pelos quais atua e sua manifestação na GR.

A metonímia

Para Lakoff & Johnson (1980), a metonímia, mais que um instrumento retórico, tem uma função referencial, pois permite-nos usar uma entidade em substituição à outra. Também funciona como um provedor de entendimento, ou seja, aponta mais especificamente aspectos do que está sendo referido.

Tais características demonstram que os conceitos metonímicos não são arbitrários, são sistematizados, fazem parte de nossos pensamentos, ações e fala e podem ser exemplificados, principalmente, através de relações de substituição “da parte pelo todo”, “do produtor pelo produto”, “do objeto usado pelo usuário”, “do controlador pelo controlado”, “da instituição pela pessoa responsável”, “do lugar pela instituição”, e assim por diante.

Segundo Taylor (1989) e Palmer (1986), a transferência por contigüidade é possível graças à “referring function”. Este último observa, no entanto, que, apesar de a metonímia ser altamente convencionalizada, nem sempre uma relação de substituição, como por exemplo, a do autor pela obra, é produtiva. A “referring function” deve ser sancionada por um corpo de conhecimentos e crença envolvidos em uma estrutura, uma moldura apropriada, sanção que está relacionada às singularidades entre as entidades referidas.

Tais observações sugerem que a metonímia estabelece conexões entre entidades que co-ocorrem dentro de uma estrutura conceptual dada. Taylor (1989) direciona o entendimento da metonímia para além da visão tradicional, que não exige contigüidade entre as entidades – no sentido espacial – e que também não seja restrita a um ato de referência. A metonímia é vista, tal qual a metáfora, como uma categoria de extensão de significados, um processo fundamental de associação de significados baseada na contigüidade.

De acordo com Taylor (1989), o léxico exhibe inúmeros exemplos da extensão metonímica que se instancia na perspectivização de alguns dos componentes de sua estrutura conceptual unitária. Estrutura na qual elementos de um determinado conceito são intimamente associados a conceito referente a outra entidade. É o que acontece na GR, em que elementos de um conceito lexical são associados aos elementos referentes a uma entidade do domínio gramatical.

Traugott & Heine (1991, p. 219) apontam três tipos de contigüidades inerentes aos processos metonímicos: a “contigüidade na experiência sócio-física ou cultural”, como a associação de comportamento com uma certa pessoa ou classe de pessoa; a “contigüidade na expressão”, que muitas vezes resulta em elipse, como por exemplo, “*um quadro pintado por Picasso*” > “*um Picasso*”, e o francês “*ne...pas* > *pas*”; e “a sinédoque ou contigüidade na relação parte pelo todo”.

O termo metonímia na GR remete a um tipo de inferência pragmática, uma “associação conceitual” fundamentada no mundo discursivo, transferência semântica licenciada por contigüidade, que é uma espécie de permuta resultante do uso de uma palavra em uma frase em que uma idéia, de alguma maneira ligada ao significado da palavra em questão, é passível de formar um elemento do contexto. “*Indexal*” é a denominação das relações semânticas que a metonímia aponta em certos contextos.

A mudança de significado por associação metonímica resulta de um raciocínio “abduativo”, ou seja, o falante observa um determinado resultado no discurso, invoca uma lei (da linguagem) e infere que pode ser o mesmo caso. A abdução tem sido reconhecida como a base da percepção humana e o único tipo de raciocínio que pode fazer gerar novas idéias.

A abdução leva à reanálise, que modifica representações subjacentes – sem que haja alterações na estrutura superficial –, sejam estas semânticas, sintáticas ou morfológicas, e leva à mudança de regras. Um dos principais tipos de reanálise presentes na GR é a eliminação das fronteiras entre duas ou mais formas morfológicas no processo de desenvolvimento de novas categorias gramaticais. Gramaticalização e reanálise, no entanto, são dois fenômenos independentes, pois nem sempre que a reanálise se instancia uma categoria lexical muda para gramatical ou amplia um *status* gramatical pré-existente, ou vice-versa. A reanálise pode ocorrer, por exemplo,

em um caso de lexicalização.

No quadro a seguir apresentamos os principais pontos diferenciadores da atuação da metáfora e da metonímia:

Quadro 1
Diferenças principais entre a atuação da metáfora e da metonímia

Metáfora	Metonímia
representa membros de um domínio semântico em termos de outro	indicia, aponta significados que estão implícitos
especifica uma coisa, usualmente mais complexa, em termos de outra não presente no contexto	especifica um significado em termos de outro que está presente, ainda que de forma não explícita no contexto
opera através da analogia	opera através da reanálise

Tanto Heine et al. (1991) quanto Hopper & Traugott (1993) consideram a metáfora e a metonímia como mecanismos co-responsáveis pela GR. Nos parágrafos a seguir, apresentaremos a maneira como essa co-responsabilidade é exercida nos processos de mudança que levam à GR, considerando, principalmente, a visão de Heine et al. (1991).

Da correlação entre metáfora e metonímia no processo de gramaticalização

Para Heine et al. (1991), a metáfora (do tipo emergente) pressupõe algum tipo de metonímia, e estes mecanismos não são mutuamente exclusivos e sim complementares. Referindo-se a Goossens (1980), esses autores citam os dois principais modelos pelos quais a metáfora e a metonímia interagem. Um no qual a metonímia funciona dentro da metáfora e a expressão é basicamente metafórica, porém é integrada pela metonímia. E outro no qual a metáfora e a metonímia coexistem: a interpretação pode ser derivada tanto metafórica quanto metonimicamente.

O desenvolvimento de um item gramatical a partir de um item lexical pode requerer um estágio intermediário através do qual domínios conceituais distintos são estendidos por meio de um mecanismo metonímico. Heine et al. (1991) sugerem uma análise a partir da proposta de Traugott & König (1989), na qual a metonímia serve para resolver problemas relativos à informação e à comunicação, agindo como uma espécie de “intensificador de informatividade”.

Na re-interpretação induzida pelo contexto, ocorreria um tipo de manipulação pragmática do discurso, através da qual a interpretação das expressões dos conceitos estaria sujeita a fatores contextuais. Este seria o processo responsável pelo sur-

gimento da metonímia. A manipulação envolveria, de maneira idealizada, os seguintes estágios:

Estágio I: Em adição ao sentido nuclear A, uma dada forma lingüística F adquire um sentido adicional B quando ocorre em um contexto específico C. Isto pode resultar em ambigüidade semântica, desde que os sentidos A ou B possam estar igualmente implícitos no contexto C. Qualquer desses dois sentidos potencialmente utilizáveis são, mas não necessariamente, dependentes da situação de comunicação relevante. É igualmente possível que o falante queira dizer A e o ouvinte interprete como B ou que o ouvinte entenda B enquanto o falante pretende conduzir a interpretação para A.

Estágio II: A existência do sentido B agora possibilita que a forma relevante seja usada em novos contextos compatíveis com B, mas que excluam o sentido A.

Estágio III: B é convencionalizado, pode-se dizer que ele forma um foco secundário caracterizado por propriedades contidas em elementos não presentes em A – com o efeito que F agora tem dois “polisemas”, A e B, os quais podem desenvolver-se, e eventualmente, tornarem-se homófonos. (Heine et al., 1991, p. 71-72)

A re-interpretação induzida pelo contexto é entendida por perspectivas diferentes. Assim, a emergência das formas seria resultado de: a) uma implicatura conversacional generalizada (*invited inference*); b) uma estratégia cognitiva conhecida como “perspectivização”. Através desta, os diferentes usos de uma forma lingüística (F) tendem a salientar diferentes componentes ou sentidos (B) daquela forma. Trata-se de um processo que gradualmente se torna obscuro; c) uma “esquemática”, que se refere ao uso diário de um conceito mais concreto (A) em diferentes contextos, em que as similaridades estão em primeiro e as diferenças em segundo plano, resultando em um esquema (B) que representa a idealização de um conceito; d) uma “extensão prototípica”, que pode acontecer quando, em contextos específicos, certos casos ou atributos de uma categoria são evidenciados.

O esquema de estágios e as perspectivas anteriormente apresentadas sugerem que a reinterpretação induzida pelo contexto pode ser motivada tanto pragmática quanto cognitivamente, e que o componente metafórico da GR envolve a transferência de um domínio conceitual mais concreto, do sentido A, para outro domínio mais abstrato, onde está o B.

No componente metonímico, a transição do estágio I, através do estágio II, para o estágio III é contínua. Reflete um processo através do qual um dado contexto solicita uma interpretação conceptual específica, que é concreta no estágio I, que pode ser tanto concreta quanto abstrata no estágio II, e é abstrata no estágio III.

Heine et al. (1991) exemplificam a complementariedade entre a metáfora e a metonímia no processo de GR por meio da transição de um significado espacial para um significado aspectual no inglês. A mudança de foco de um significado espacial para um significado não espacial seria resultado de uma força metonímica, e o

resultado final seria descrito em termos de uma transferência metafórica de um domínio mais concreto – do espaço –, para um domínio mais abstrato – do aspecto verbal. Esta transferência se inicia com as implicaturas conversacionais conduzidas para uma estrutura metonímica. Implicaturas que são sempre unidirecionais: conceitos espaciais licenciam implicaturas temporais, mas não vice-versa. A direção da metonímia na GR é fixa, sempre do domínio mais concreto para o mais abstrato.

Os componentes metonímicos e metafóricos da GR teriam uma estrutura comum:

$$A \rightarrow A, B \rightarrow B$$

Essa estrutura sugere que, na transição de uma entidade conceitual A para B, há um estágio intermediário (A, B), quando as entidades de origem e as que lhe sucedem coexistem no sistema lingüístico. Tais estágios são responsáveis por ambigüidades e variações nas línguas.

Neves (1997, p. 135) apresenta a proposta da correlação metáfora-metonímia de Heine et al. (1991) para explicar a GR:

(...) como uma extensão gradual do uso de uma entidade original. Dois mecanismos estão aí envolvidos: transferência conceptual (que é metafórica e se relaciona com diferentes domínios cognitivos) e reinterpretção induzida pelo contexto (que é metonímica e resulta em conceitos interseccionados). (Neves, 1997, p. 135)

Apesar do reconhecimento da co-atuação da metáfora e da metonímia no processo de GR, questiona-se a preponderância de um desses mecanismos nos diferentes tipos de mudanças gramaticais, dependendo do domínio em questão. Por exemplo, Traugott & Heine (1991, p. 213) observam que a atuação da metonímia é fortemente relacionada às mudanças em direção aos significados que exprimem crença ou atitudes de subjetividade, domínio ao qual pertence a modalidade epistêmica. Sweetser (1990), ao contrário, vê a metáfora como o principal mecanismo desencadeador das mudanças em direção aos significados de modalidade, agindo como uma espécie de “mapeamento reduzido” de um significado mais básico (raiz) ou como a extensão de um sentido modal superordenado.

VERIFICAÇÃO EMPÍRICA

Em nosso estudo sobre a GR da forma *achar* no português contemporâneo do Brasil, constatamos que esse item, como sugerem os exemplos abaixo, desenvolveu um processo de mudança que direciona-se para o domínio da modalidade. Um verbo pleno, item lexical *achar*, com o significado de *encontrar*, vem a assumir funções mais gramaticalizadas de verbo modal epistêmico e de um elemento com o

comportamento muito semelhante ao dos advérbios modalizadores epistêmicos quase-asseverativos.⁵

Trabalhamos com dados de *corpora* formado por três amostras de fala: dados do *corpus* NURC/SP – diálogos entre dois informantes de escolaridade superior⁶ – constituído para integrar o Projeto da Gramática do Português Falado na capital do estado de São Paulo –; dados da mostra RONDON (RD), que coletamos em sistema de entrevista com documentador na cidade de Rondon do Pará, estado do Pará, entre 1996 e 1997, com informantes de escolaridade variando entre 0 (analfabetos), 1º e 2º graus, e dados de uma amostra não sistematizada (NS), coletada em situações de fala informal do dia-a-dia. Nas amostras NURC/SP e RONDON selecionamos doze informantes de cada uma, de ambos os sexos, nas faixas etárias de 25 a 35, 36 a 55 e 56 anos em diante.

A forma mais antiga de *achar* é o verbo pleno com o significado de ‘encontrar’, ‘descobrir’. Sua primeira ocorrência na língua portuguesa data provavelmente do século XIII, originária do latim *afflare*, ‘soprar’. Cunha (1991) explica sua evolução semântica a partir da linguagem dos caçadores: do sentido primitivo do latim ‘soprar’ passou-se ao de ‘sentir a proximidade da caça pelo odor, farejar’ e daí a ‘descobrir’, ‘encontrar (a caça)’.

Identificamos essa acepção de *achar*, provavelmente o item fonte do processo de GR, por *achar1*; as demais formas detectadas nos *corpora* são identificadas numericamente em ordem crescente, assim:

a) ACHAR1: [SN *achar* SN]

(1) *Acha* o café pra mim, *acha* o açúcar (NS)

b) ACHAR2: [[SN *achar*] [que S]]⁷

Achar2 (apreciação)⁸

(2) *Olha eu acho* que a televisão nossa está se fazendo na medida...*ah::justamente do que é a nossa sociedade* (NURC)

Achar2' [SN *achar* o Sadj]

(3) (...) *ali perto da praça da Sé tudo esburacado por causa do metrô né? Achei horrível* (NURC)

⁵ Os Modalizadores Epistêmicos, como a própria designação deixa ver, expressam uma avaliação sobre o valor de verdade e as condições de verdade da proposição.

(...) Os Quase-Asseverativos indicam que o falante considera o conteúdo de P quase certo, próximo à verdade, como uma hipótese que depende de confirmação, e por isso mesmo ele se furta “a toda responsabilidade sobre a verdade ou a falsidade [da proposição]”: Berrechea (1969, p. 320). *Através dos Quase-Asseverativos, avalia-se P como uma possibilidade epistêmica, decorrendo daqui uma baixa adesão do falante com respeito ao conteúdo do que está sendo verbalizado*”. (Castilho & Castilho, 1996, p. 222)

⁶ Transcritos em Castilho & Preti (1987).

⁷ A distinção *achar2* (apreciação) e *achar2'* não significa que se trata de dois verbos distintos, mas que estão em posições diferenciadas no *continuum* de GR.

⁸ *Achar apreciação* e *achar palpite* são termos empregados originalmente por Vogt & Figueira (1989).

- c) ACHAR3 (palpite): [[SN achar] [que S]]
 (4) *não sei porque **acho** que aí quando se fala em desenvolvimento geralmente está se falando num plano material né?* (NURC)
- d) ACHAR4: [S] achar
 Achar [S]
 [S] [achar] [S]
- (5) *são:... tribos assim que têm mais ou menos a mesma estrutura...todos no Alto Xingu **eu acho**...Baixo não sei...e::: aí eu não entrei se tem algum sistema de hierarquia pajé é a mesma coisa?* (NURC)
- (6) *eles não entende eles não sabe o que é isso uma família...eu sinto falta imagina eles né? Então a deles é diferente da minha **acho** ...a minha foi melhor porque é tão gostoso você ir pra ca'(sa) da vó ...* (RD)

Nesta oportunidade, por uma questão de sistematização, não nos detemos numa individualização pormenorizada de cada uma das propriedades dessas formas de *achar*. No entanto, o quadro a seguir traz os principais parâmetros comparativos entre elas:

Quadro 2
 Aspectos comparativos entre os tipos de ACHAR

Propriedades	ACHAR1	ACHAR2 <i>apreciação</i>	ACHAR2'	ACHAR3 <i>palpite</i>	ACHAR4
Paráfrase	encontrar/ procurar/ descobrir	considerar/ pensar/ afirmar	considerar	supor / é possível	talvez / prova- velmente
Variabilidade temporal	presente / perf./impf.	Presente / perfeito	presente/ perfeito	presente/ perfeito	presente
Variabilidade de modo	indic./imp./ subj.	Indicativo / subjuntivo/	indicativo/ subjuntivo	indicativo	indicativo
Pessoas do verbo	1a / 2a / 3aS/P	1a/2a/3a S/P	1a, 2a, 3a, SP	1a. S	1a S
Presença e tipo do argumento interno	SN que pode vir ou não realiza- do foneticamen- te, com o traço [+concreto]	oracional	SN que pode vir ou não rea- lizado foneti- camente, é pre- dicado por um qualificador, [+abstrato]	oracional	perda do argumento interno
Tipo de Sentença em que aparece	absoluta / hipotática / núcleo / encaixada	principal	absoluta / nucleo / principal.	principal	depois de uma emissão com- pleta de racio- cínio e pausa (fora da oração)
Caracterização	pressupõe o encontro entre duas entidades do mundo real; [-controle], incerteza	performativo- modalizador, avaliativo, de- pende de fato- res inerentes ao falante.	performativo- modalizador, avaliativo, maior grau de certeza	modalizador, fatores externos ao falante fazem com que a in- certeza passe para o nível das possibilidades	incerteza, dú- vida, probabi- lidade

Os exemplos e as características sintetizadas acima têm por objetivo oferecer uma visão esquemática ao leitor e, por isso sugerem que existem fronteiras claras e nítidas entre os vários tipos de *achar*. Todavia, tal não é o caso. Os limites são frouxos e imprecisos. Trata-se de um *continuum*. E como tal, as mudanças no estatuto dos itens não ocorrem de maneira abrupta e sim através de transições graduais, em cadeias.

Nessas cadeias, as estruturas conceituais, não-modais, menos modais e mais modais, se sobrepõem e formam o canal que compreende o ciclo que vai do ponto inicial, o *achar1*, ao ponto mais avançado do processo de gramaticalização, que, pelo menos neste momento, sugere ser o *achar4* [+ abstrato].

As propriedades apresentadas pelos tipos de *achar* são indícios de que as mudanças que atingiram essas formas apontam, unidirecionalmente, para o domínio da modalidade. Um significado lexical, [+ concreto], situado num ponto mais à esquerda – *achar1*, *encontrar*, *descobrir* – foi manipulado conceptualmente para designar significados modalizadores, mais gramaticais, [+ abstratos], situados mais à direita do *continuum*.

Esses elementos estão deixando de manifestar, gradativamente, as propriedades de verbo pleno, descategorizando-se. Entre esses indícios estão: a gradativa perda da variabilidade de tempo e modo e o uso restrito na primeira pessoa do singular a partir do *achar3* (*palpite*) – variabilidade que é plena no *achar1* –, e a perda do argumento interno pela forma *achar4*.

A sobreposição das propriedades de item lexical e modalizador epistêmico é observada a partir do *achar2* (*apreciação*), uma forma híbrida, que apresenta simultaneamente propriedades da classe fonte e da classe para a qual a mudança se direciona (alvo).

Na continuidade da mudança, a forma híbrida *achar2* (*apreciação*), provavelmente, recompensou as “perdas” das propriedades de item lexical, desenvolvendo um processo de recategorização: uma nova e específica função, o modalizador epistêmico *achar3* (*palpite*). Processo que pode ter se repetido na mudança desenvolvida do *achar3* (*palpite*) para o *achar4*.

É provável que entre os efeitos dessa recategorização estejam a grande variabilidade sintagmática e a não exigência de subcategorização de argumento interno, características do *achar4*.

Entendemos que o mecanismo atuante neste processo de mudança é a metáfora. Um significado de domínio lexical, concreto – *achar1* “encontrar”, originário do latim *afflare*, ‘soprar’, ‘cheirar’, ‘encontrar a caça pelo cheiro’ – é estendido metaforicamente e recrutado para conceituar significados do domínio da modalidade, mais abstrato. Uma expressão pré-existente, o verbo pleno *achar*, na primeira pessoa do presente do indicativo, exprime novos conceitos, que seguem uma escala

que vai da certeza à probabilidade. Há uma transferência do “mundo real” (das coisas) para o “mundo do discurso”, um termo que era usado com referência a entidades do mundo sociofísico passa a referir-se a entidades do mundo da razão, que têm existência no ato da fala.

Essa extensão metafórica pode ser decorrente de motivação icônica. O processo de encontro (da caça), conceito mais concreto, palpável, é mapeado em um domínio mais abstrato, da modalidade, as idéias – ‘opiniões’, ‘crenças’, ‘julgamentos’ e ‘dúvidas’ – são vistas como objetos, coisas. O traço do significado fonte que provavelmente permanece e é estendido é o [– controle]: a não-certeza em relação ao encontro do objeto existe também em relação ao valor de verdade da proposição e é manifesta através do modalizador *eu acho*.

Partindo-se das considerações de Heine et al. (1991) e de Hopper & Traugott (1993), podemos pensar que, além de metáfora, a metonímia pode também estar atuando no desenvolvimento dos tipos modalizadores de *achar*. Os variados graus de modalidade codificados pelas formas *achar2* (*apreciação*), *achar2'*, *achar3* (*palpite*) e *achar4*, sugerem alguma relação com o que Heine et al. (1991) denominam de *re-interpretação induzida pelo contexto*, uma vez que a interpretação dos conceitos que esses elementos exprimem está sujeita a fatores contextuais.

Nessa re-interpretação, num estágio I, um sentido B, mais abstrato – *achar2* (*apreciação*) – é adicionado ao significado fonte A, mais concreto, quando em um contexto específico C. Isto pode resultar em ambigüidade semântica, desde que os sentidos A ou B possam estar implícitos no contexto C. No contexto de uma oração encaixada copulativa reduzida em que o SN predicativo tem o traço [+ concreto], pode acontecer que o falante queira dizer A e o ouvinte interprete B, ou vice-versa. O exemplo a seguir ilustra o afirmado:

(7) *era...eu achava...(era) uma vida farta...eu sempre gostei de Rondon.* (RD)

O falante pode estar se referindo ao fato de que sempre que chegava àquela cidade encontrava uma vida farta e o ouvinte entender como se fosse um julgamento sobre a vida naquela cidade, ou vice-versa.

Num estágio II a existência do sentido B possibilita que a forma seja usada em contextos que excluam a ambigüidade. No exemplo a seguir, o *achar2* (*apreciação*) aparece livre de ambigüidades, o sentido A é excluído e a única leitura possível é de julgamento:

(8) *porque ela só me chamava de madame eu acho muito desagradável () você me chame de dona H. mas não me chame de madame...* (NURC)

E num estágio III a forma B é convencionalizada, e apresenta propriedades

que não estão presentes em A. O *achar*² (*apreciação*) é reconhecido como um sentido diferenciado de A – *opinar* –, inclui-se no paradigma de verbos performativos, e a partir dele decorrem novos significados, como o *achar*³ (*palpite*) e o *achar*⁴.

O comportamento do *achar*² (*apreciação*), *achar*^{2'}, *achar*³ (*palpite*) e do *achar*⁴ descrevem a maneira como Palmer (1986) vê os verbos modalizadores: a gramaticalização das atitudes e opiniões dos falantes. Esses itens pertencem a uma classe intermediária entre a dos itens lexicais e a dos itens gramaticais, mudança desenvolvida gradualmente no decorrer do tempo⁹ e sob, principalmente, influência metafórica e metonímica; são elementos que se encontram em estágios diferenciados de gramaticalização e estão localizados em pontos diferentes do *continuum* que descreve a modalidade epistêmica.

ABSTRACT

This paper presents some considerations about the main cognitive mechanisms propulsory of process of grammaticalization. We show how those mechanisms works, from the analysis of one case of grammaticalization in the contemporary portuguese of the Brazil: the change developed by lexical item **achar**, full verb, that in determined contexts assumes the function, more grammatical, of a epistemic modal element.

⁹ Resultado também verificado através de análise diacrônica.

Referências bibliográficas

- CASTILHO, Ataliba T. de. A gramaticalização. *Estudos Lingüísticos e Literários*, Salvador: UFBA, n. 19, p. 25-64, março 1997.
- CASTILHO, Ataliba T. de & CASTILHO, Célia. Advérbios modalizadores. In: ILARI, Rodolfo (Org.). *Gramática do português falado*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1996. v. II, p. 213-260.
- CASTILHO, Ataliba T. de & PRETI, Dino (Org.). *A linguagem falada culta na cidade de São Paulo*. São Paulo: T. A. Queiroz Editor/FAPESP, 1987.
- CUNHA, Antônio Geraldo da. *Dicionário etimológico "Nova Fronteira" da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1991.
- GALVÃO, Vânia C. Casseb. *O achar no português do Brasil: um caso de gramaticalização*. Campinas: IEL/UNICAMP, 1999. (Dissertação, Mestrado em Lingüística).
- HAIMAN, John. The iconicity of grammar: isomorphism and motivation. *Language*, v. 56, n. 3, p. 515-540, 1980.
- HAIMAN, John. Iconicity and economic motivation. *Language*, v. 59, n. 4, p. 781-819, 1983.
- HAIMAN, John (Ed.). *Iconicity in syntax*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 1985.
- HEINE, Bernd., CLAUDI, Ulrike., HÜNNEMEYER, Friederike. *Grammaticalization: a conceptual framework*. Chicago: The University of Chicago Press, 1991.
- HOPPER, Paul, TRAUGOTT, Elizabeth C. *Grammaticalization*. Cambridge: Cambridge University Press, 1993.
- LAKOFF, George, JOHNSON, Mark. *Metaphors we live by*. Chicago. The University of Chicago Press, 1980.
- NEVES, Maria Helena de Moura. A modalidade. In: KOCH, Ingedore. G. Villaça. (Org.). *Gramática do português falado*. São Paulo. Campinas: FAPESP/Ed. da UNICAMP, 1996. v. 6, p. 163-200.
- NEVES, Maria Helena de Moura. *A gramática funcional*. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- PALMER, F. R. *Mood and modality*. Cambridge. Cambridge University Press, 1986.
- SWEETSER, Eve. *From etymology to pragmatics*. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.
- TAYLOR, John. R. *Linguistic categorization: prototypes in linguistic theory*. Nova York: Oxford University Press, 1989.
- TRAUGOTT, Elizabeth Closs, HEINE, Bernd. (Org.). *Approaches to grammaticalization: focus on theoretical and methodological issues*. Amsterdam: John Benjamins, 1991. v. 1.
- VOGT, Carlos, FIGUEIRA, Rosa Attié. Dois verbos *achar* em português? In: VOGT, Carlos. *Linguagem, pragmática e ideologia*. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1989. p. 165-210.